



J. Chrys Chrystello\*

Pela premência aqui republico o meu alerta que foi adado à estampa em jornais locais a 10/03/2016



Terá de morrer alguém numa derrocada na estrada da Maia para a Lombinha da Maia em São Miguel para haver obras?

Terá de haver uma derrocada catastrófica na estrada da Maia para a Lombinha da Maia em São Miguel para haver obras?

Terá a cor política da Junta de Freguesia e da Câ-

mara algo a ver com os “estudos” que alegadamente estão a ser feitos para haver obras na estrada da Maia para a Lombinha da Maia em São Miguel?

A estrada ficou cortada depois das derrocadas de fevereiro 2013 e dezembro 2015, com enormes inconvenientes para centenas de moradores da costa norte.

Os transportes privados, os públicos, incluindo os transportes escolares, fazem desvíos morosos por Calços da Maia, Gorreana e São Brás em estradas que não foram feitas para tal movimento e depois de meses de a estrada ter estado cortada à circulação entre a Lombinha e a Maia, nem um só trabalhador apareceu no horizonte num dos troços mais perigosos das estradas públicas regionais na costa norte.

Está em estudo, ao que dizem, a intervenção camarária e os transportes pesados estão proibidos de acederem aquele ramal (edital n.º 49/2016/T.) enquanto os ligeiros que por ali passam correm riscos enormes e desnecessários. A falta de sedimentação das perigosas arribas após as derrocadas de dezembro pode nem precisar de mais chuvadas para causar novo desmoronamento...

Porque esperam então as entidades responsáveis para fazerem obras que há muito se impunham?

Se houver uma tragédia, do dia para a noite surgirão máquinas, trabalhadores e estudos?

Aqui deixo a pergunta a quem de direito como cidadão residente na costa norte a quem foi coartado o acesso direto entre a Lombinha e a Maia. Ao fim de três meses continuo à espera do início das obras céleres para darem segurança aquele troço bem movimentado da estrada.

#### PS: Atualização em outubro 2018

A erosão da encosta, no troço junto à orla costeira, está a pôr em risco a estabilidade da via, criando um sério risco para todos os que por aí circulam. De igual modo, também a encosta do lado de terra apresenta, em vários locais, evidentes sinais de instabilidade. Existe um claro perigo de derrocada ou mesmo de desabamento de parte do piso, o que coloca em causa de forma extrema a segurança da circulação. Embora se

trate de uma via municipal, as obras em causa terão de processar-se na orla costeira, sendo obviamente muito complexas do ponto de vista técnico e de engenharia e implicarão um esforço de investimento elevado, muito para lá das possibilidades do Município da Ribeira Grande. Tendo em conta a importância da via, a gravidade da situação e as responsabilidades do Governo Regional em relação à segurança das vias e à circulação rodoviária, parece claro que terá de existir uma intervenção da Região, em parceria com a Câmara Municipal da Ribeira Grande, por forma a reparar a estrada, intervir nas zonas de risco e garantir a segurança das pessoas e bens que por aí têm de circular.

Nesta data fiz uma pesquisa e exceto as declarações de dois partidos minoritários, em fevereiro e em setembro de 2017, pouco ou nada se encontra escrito sobre o tema...em finais de outubro 2018 continua tudo exatamente na mesma...e depois das chuvas de 20 a 23 outubro o perigo de derrocada na Estrada Municipal 519, aumentou, mas como os responsáveis raras vezes se deslocam a esta esquecida costa norte dificilmente se apercebem do perigo que correm as crianças e familiares que todos os dias se deslocam para a EBI da Maia, e todos os outros que para ali têm de ir. Se – e quando – uma tragédia acontecer, como já antes ocorreu noutros pontos desta e douras ilhas, será instaurado um inquérito, a culpa morrerá solteira, e talvez então se disponham a começar os trabalhos. Pessoalmente sou de opinião que deveria ser feito novo acesso à Lombinha da Maia pelo monte sobranceiro à Maia, desviando a seguir ao Museu do Tabaco e indo acabar antes do cemitério da Lombinha. Mesmo com expropriações, e sendo feita de raiz, talvez ficasse mais barato e, era certamente mais segura, do que a variante existente pelas alcantiladas arribas.

\*Jornalista, MEEA/AJA (Australian Journalists' Association - Membro Honorário Vitalício 1983-2018)

## Queijo dos Açores com grande potencial para venda no mercado nacional ou internacional

O Diretor Regional da Agricultura, José Élio Ventura destacou, em Lisboa, o grande potencial exportador que o queijo dos Açores tem, quer no mercado nacional, quer internacional, pela sua qualidade, durabilidade e diversidade.

“É um produto que cria mais emprego, tem durabilidade e, no sector dos lácteos, é talvez a melhor forma de superar a barreira do mar que nos separa e os limites marítimos de cada uma das nossas ilhas”, afirmou José Élio Ventura, na sessão do Concurso Queijos de Portugal 2018, promovido pela Associação Nacional dos Industriais de Lacteínios (ANIL), que decorreu em Lisboa.

José Élio Ventura referiu que Portu-

gal importa anualmente 50 mil toneladas de queijo, das 130 mil toneladas que são consumidas no país, números que demonstram bem “as boas oportunidades e o espaço de negócio que existe”.

“Temos a obrigação de preencher este espaço e o dever de saber aproveitar, inovando, fidelizando o consumidor e contando também com o indispensável patriotismo do segmento comercial da fileira”, disse o Diretor Regional da Agricultura.

José Élio Ventura salientou que o sector agrícola nos Açores está continuamente a preparar-se para novos desafios e para o mercado competitivo. “Pelo esforço e pela experiência acumulada dos produtores de leite açorianos, pelos investimentos que têm vindo a

ser feitos na modernização das explorações, nas agroindústrias e na aposta no bem-estar animal, na melhoria genética e não descurando as nossas excepcionais condições naturais de produção, acreditamos que estamos no caminho certo”, considerou o Diretor Regional, acrescentando que os Açores têm agricultores que gostam muito do que fazem diariamente.

Além disso, José Élio Ventura apelou à indústria para que acompanha continuamente as tendências de mercado e as preferências dos consumidores, procurando inovar, valorizar e incrementar as exportações de produtos lácteos, também para países estrangeiros, nomeadamente para mercados recentemente abertos como é o caso do

Canadá.

“O Governo dos Açores tudo tem feito para garantir o sucesso da produção de queijo e a sustentabilidade da agropecuária nos Açores, que dispõe de grande vocação natural e condições ímpares para a produção de leite”, afirmou o Diretor Regional.

Este ano estiveram a concurso mais de 200 queijos, marcando os Açores presença através de oito operadores, com 21 diferentes tipos de queijo, tendo recebido vários primeiros prémios e menções honrosas. “Trata de mais um momento de afirmação da diversidade e das especificidades dos queijos produzidos em Portugal, muitos deles cheios de tradição, de história e do saber fazer das nossas gentes”, alegou José Élio Ventura.